

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, é com satisfação que apresentamos as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012 da Unimed Previdência Privada S.A. ("Companhia"). **O Mercado Segurador:** De acordo com a Confederação Nacional de Seguros, estima-se um crescimento de 19,5% para o setor em 2012 sobre 2011, o que representa um faturamento projetado de R\$ 255,7 bilhões. Se confirmado este crescimento, o mercado de seguros alcançará a inédita marca de 5,7% de participação no PIB. Em termos de segmentos Saúde Suplementar dará a maior contribuição com cerca de R\$ 101,4 bilhões ou o equivalente a 40% da receita do setor, seguido por seguros de Vida e Previdência (R\$ 89,3 bilhões e 35% de participação), Seguros Gerais (R\$ 48,4 bilhões e 19% de participação) e Capitalização (R\$ 16,5 bilhões e participação de 6%). Dessa forma, o mercado de seguros continua a ter um desempenho muito superior ao do PIB brasileiro com expansão na casa de dois dígitos, sendo que nesse ritmo poderá dobrar de tamanho considerando um crescimento médio nominal de 15% a partir de 2007. Tais perspectivas otimistas estão baseadas

primeiramente na taxa de desemprego reduzida e continuidade do aumento da renda do trabalhador brasileiro. Adicionalmente, o mercado segurador aposta em fatores como o microsseguro, regulamentação do seguro popular de automóvel e do PGBL Saúde, na consolidação do seguro rural e por fim nas obras de infraestrutura para alavancar o crescimento de receita. **Cenário Econômico:** A economia mundial deverá encerrar o ano de 2012 com um crescimento de cerca de 3%. O primeiro destaque cabe à economia norte-americana, que deve fechar o ano de 2012 com um crescimento de cerca de 2%, confirmando assim a tendência gradual de recuperação iniciada em 2010 depois da recessão de 2009, ao que pese ainda a elevada taxa de desemprego de cerca de 7,7% registrada no mês de Novembro, e o déficit fiscal também alto, estimado em 7,0% do PIB. A zona do Euro apresentou-se em recessão em 2012, com uma queda no PIB de 0,4% para o conjunto dos países. Já a economia chinesa, cresceu cerca de 7,7% em 2012, pouco acima da meta oficial para o mesmo ano que foi de 7,5% juntamente com uma inflação de 2,8%, números esses que

mantiveram a China em posição confortável na comparação internacional. A economia local acabou de forma geral decepcionando as expectativas do mercado, que apontavam para um crescimento na faixa de 3% a 4%, sendo que as últimas projeções revisadas indicam que este crescimento deve situar-se na faixa de 1%. A Selic fechou o ano de 2012 em 7,25%, o menor valor da história, sendo que desde agosto de 2011 dez cortes seguidos fizeram a taxa cair 5,25 pontos percentuais. Esta tendência de queda foi motivada pelo entendimento do Comitê de Política Monetária do Banco de que a estabilidade das condições monetárias por um período de tempo suficientemente prolongado é a estratégia mais adequada para garantir a manutenção da inflação para a meta. O IPCA acumulou alta de 5,84% em 2012 discretamente inferior ao índice registrado em 2011 que foi de 6,5%, sendo que pelo terceiro ano consecutivo o IPCA ficou acima do centro da meta estabelecida pelo Banco Central de 4,5%. A Administração declara que tem condições de manter os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento. **Desempenho Econômico-Financeiro:**

A Companhia encerrou o ano com um prejuízo de R\$ 1.437 mil, influenciado, principalmente, pelo resultado financeiro de R\$ 1.878 mil e pelo aumento das despesas administrativas de R\$ 3.321, referentes a investimentos realizados no planejamento e desenvolvimento de novas atividades, já tendo registrado a sua intenção junto a SUSEP em passar a operar com seguros de danos. **Capital Social:** O patrimônio social da Companhia alcançou R\$ 18,9 milhões em 2012, representado por 19.614.845 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal e não conversíveis em outra espécie. **Política de dividendos:** Após as deduções relativas à reserva legal, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 10% do lucro líquido, conforme estabelecido no Estatuto Social. **Agradecemos:** Agradecemos a todos os nossos colaboradores, clientes, parceiros e acionistas pela confiança, apoio e dedicação.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2013
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

Ativo			Passivo		
Notas	2012	2011	Notas	2012	2011
Circulante	2.935	15.689	Circulante	167	380
Disponível	12	19	Contas a pagar	167	380
Caixa e bancos	12	19	Obrigações a pagar	6	192
Aplicações	2.614	15.578	Encargos trabalhistas	7	5
Aplicações	5a	2.614	Impostos e contribuições	7	187
Títulos e créditos a receber	309	92	Patrimônio líquido	18.903	15.309
Títulos e créditos a receber	82	—	Capital social	8	20.000
Créditos tributários e previdenciários	227	92	Reserva de lucros	—	340
Ativo não circulante	16.135	—	Prejuízos acumulados	—	(1.437)
Realizável a longo prazo	16.135	—	Total do passivo	19.070	15.689
Aplicações	5a	16.135			
Total do ativo	19.070	15.689			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimento capital de giro	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2010		7.200	—	—	—	7.200
Aumento de capital - A.G.E. em 09 de maio de 2011		300	—	—	—	300
Aumento de capital - A.G.E. em 18 de outubro de 2011		7.500	—	—	—	7.500
Lucro do exercício		—	—	—	341	341
Destinação do resultado do exercício		—	—	—	—	—
Reserva legal		—	17	—	(17)	—
Reserva de investimento e capital de giro		—	—	292	(292)	—
Dividendos		—	—	—	(32)	(32)
Saldos em 31 de dezembro de 2011		15.000	17	292	—	15.309
Aumento de capital - A.G.E. em 13 de abril de 2012	8a	5.000	—	—	—	5.000
Prejuízo do exercício		—	—	—	(1.437)	(1.437)
Reversão de dividendos - A.G.E. em 29 de março de 2012		—	—	—	31	31
Saldos em 31 de dezembro de 2012		20.000	17	323	(1.437)	18.903

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Unimed Previdência Privada S.A. - doravante denominada também como "Companhia" - é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil e situada na Alameda Ministro Rocha Azevedo, 346, 10º andar - São Paulo, tendo como objeto social a comercialização de planos de benefícios de previdência complementar. A Companhia é controlada pela Unimed Seguradora S.A. que está integrada ao Sistema Cooperativo Unimed, que é formado pelas cooperativas médicas que atuam sob a denominação Unimed, pelas suas federações, pela confederação nacional e por empresas associadas. A Unimed Seguradora S.A. "controladora" tem como plano estratégico, solicitar à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a autorização para operar em seguros de danos. Nesse contexto e tendo em vista que a controladora possui operações no ramo de previdência complementar aberta, decidiu em 2010 a fim de atender aos requisitos legais que considera incompatíveis as operações de seguros de danos e de planos de previdência complementar aberta na mesma Seguradora, pela segmentação das operações de previdência em uma nova entidade. Como consequência, a Unimed Previdência foi constituída por meio da Assembléa Geral de Constituição, realizada no dia 9 de junho de 2010 e obteve autorização para operar através da Portaria SUSEP nº 3.806, em 5 de novembro de 2010, visando receber, através de cessão, a carteira de planos de previdência existente na sua controladora. Em 17 de maio de 2012, a SUSEP autorizou a referida cessão da carteira, no entanto diante das novas estratégias operacionais da Controladora da Companhia, a administração decidiu por manter a carteira de planos de previdência complementar aberta na própria Controladora e solicitar uma nova autorização junto a SUSEP para transformar a Unimed Previdência Privada S.A. em uma seguradora de danos, e posteriormente alterar a razão social e seu objeto social. Para essa nova estratégia operacional a Companhia preparou o projeto com todos os quesitos necessários para atender a Resolução CNSP nº 166/2007 e o protocolo junto à SUSEP. Até o encerramento do exercício de 2012, a Companhia não havia iniciado suas operações, e sua atividade se resumiu à gestão dos recursos depositados em conta corrente por sua controladora referente ao seu Capital Social, receitas financeiras, despesas legais e custos administrativos rateados entre a Companhia e sua controladora para o período em atividade. A Companhia obteve a aprovação prévia da SUSEP, em 21 de janeiro de 2013, para a alteração do seu objeto e da sua denominação social, através do processo nº 15414.004125/2012-66. O objeto social passará a ser de seguro de danos e a denominação social, de Unimed Previdência Privada S.A. para Unimed Seguros Patrimoniais S.A. O processo de autorização definitiva na SUSEP será protocolado até março de 2013, e o início das operações dependerá da confirmação de autorização deste regulador. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas em 26 de fevereiro 2013.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e em consonância com a Circular SUSEP nº 430/12, incluindo os pronunciamentos contábeis, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que tenham sido referendados pela SUSEP, bem como pelas normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, vigentes na data de publicação destas demonstrações financeiras. Em atendimento à Circular SUSEP nº 424/11 - Anexo V, em 31 de dezembro de 2011 a Companhia apresentou demonstrações de fluxo de caixa (DFC) pelo método direto. Em 2012, tendo em vista a opção apresentada pela Circular SUSEP nº 430/12 - Anexo IV, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações pelo método indireto. Para fins de comparabilidade, o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está sendo apresentado pelo método indireto. **a. Base de mensuração:** A preparação das demonstrações financeiras pressupõe a continuidade dos negócios em curso normal, e foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção para os ativos financeiros disponíveis para venda. **b. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Exceto quando indicado, as informações estão divulgadas em milhares de reais. **c. Utilização de estimativas e julgamento.** A preparação de demonstrações financeiras exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Disponível: O saldo de Caixa e bancos inclui numerário em caixa, saldos em banco conta movimento e valores em trânsito. **b. Aplicações:** Os ativos financeiros foram classificados, segundo a intenção da Administração, na categoria "Ativos financeiros disponíveis para venda". **i. Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que são designados como disponíveis para venda no reconhecimento inicial. São medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado é transferido para o resultado. Os juros são registrados no resultado. **ii. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de risco e estratégia de investimento. As mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. **iii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Caso exista intenção e a capacidade de manter títulos até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período e de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. **iv. Determinação do valor justo:** Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Os certificados de depósitos bancários e os depósitos a prazo com garantia especial (DPGE) são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos, que se aproximam de seu valor justo. **c. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** A provisão para imposto de renda do exercício corrente e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$ 240 ao ano, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **d. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **i. IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009).** Em outubro de 2010, a revisão da norma IFRS 9, contemplando instruções acerca de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, foi emitida pelo IASB e a data de implementação obrigatória foi fixada para vigorar em 01/01/2013. No entanto, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4 e aos projetos de impairment e hedge accounting (incluindo macro hedging), que colocaram em dúvida se esta data era apropriada, o comitê do IASB adiou a data de implantação obrigatória para 01/01/2015. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma. **ii. IFRS 13 Fair Value Measurement (Mensuração do Valor Justo) (CPC 46 - Mensuração do Valor Justo).** O IFRS 13/CPC 46 contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado, e substitui a orientação de mensuração de valor justo que atualmente está dispensada em outras IFRSs. Sujeito a exceções limitadas, o IFRS 13/CPC 46 se aplica quando a mensuração ou divulgações de valor justo são requeridas ou permitidas por outras IFRSs. A Companhia está atualmente revisando sua metodologia de determinação de valor justo. O IFRS 13/CPC 46 é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A Companhia está em processo de avaliação dos impactos dessa nova norma, não tendo identificado os efeitos relevantes para a sua adoção. **iii. Amendments to IAS 19 Employee Benefits (2011) (Alterações ao IAS 19 Benefícios a Empregados) (CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados).** O IAS 19 (2011)/CPC 33 (R1) altera a definição de benefícios de curto e longo prazo para clarificar a distinção entre os dois. Para planos de benefício definido, a remoção da escolha de política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais não deve ter impacto na Companhia. Entretanto, a Companhia talvez tenha que avaliar o impacto das mudanças nos princípios de mensuração do retorno esperado sobre os ativos do plano. O IAS 19 (2011)/CPC 33 (R1) é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia encontra-se em fase pré operacional, sendo que quando iniciar suas atividades seguirá as políticas de gestão de riscos da sua controladora Unimed Seguradora S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais, exceto, o lucro líquido por ação)

	Notas	2012	2011
Despesas administrativas	9a	(3.321)	(130)
Despesas com tributos	9b	6	(93)
Resultado financeiro	10	1.878	751
(=) Resultado operacional		(1.437)	528
(=) Resultado antes dos impostos e participações		(1.437)	528
Imposto de renda	11	—	(108)
Contribuição social	11	—	(79)
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício		(1.437)	341
Quantidade de ações		19.614.845	14.852.941
Lucro/(prejuízo) por ação		(0,07)	0,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011
Lucro/(Prejuízo) líquido e resultado abrangente do exercício	(1.437)	341

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

5. ATIVOS FINANCEIROS

a. Resumo da classificação dos ativos financeiros

Aplicações financeiras	Níveis	Vencimentos			Ativos		Total		
		Sem vencimento	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Valor contábil	Valor custo atualizado	Ganho/perda não realizado	2012	2011
Títulos									
Valor justo por meio do resultado		1.321	—	—	1.321	1.321	—	1.321	—
Quotas de Fundos de Renda Fixa	2	1.321	—	—	1.321	1.321	—	1.321	—
Disponível para venda		—	1.293	—	1.293	1.293	—	1.293	15.578
Depósito bancário a prazo (CDB)	2	—	1.293	—	—	—	—	—	15.578
Operações compromissadas	2	—	1.293	—	1.293	1.293	—	1.293	—

Mantidos até o vencimento

Letras tesouro nacional (LTN)	—	—	16.135	16.135	16.135	—	16.135	—
Total	1.321	1.293	16.135	16.749	16.749	—	16.749	15.578

b. Hierarquia do valor justo: Os valores de referência foram definidos como se segue: **•** Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; **•** Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); **•** Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **c.** Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, não houve reclassificações entre as categorias dos referidos ativos financeiros, inclusive os ativos mantidos até o vencimento.

d. Movimentação das aplicações financeiras

	2012	2011
Saldo inicial do exercício	15.578	—
Aplicação	28.375	25.624
Resgate	(27.074)	(10.797)
Resultado financeiro	1.878	751
Outros	(8)	—
Saldo final do exercício	18.749	15.578

e. Comparativo do valor contábil e valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento

	Valor contábil	Valor mercado	Ganho não realizado	2012	2011
Letras Tesouro Nacional (LTN)	16.135	17.221	1.085	16.135	—
Total	16.135	17.221	1.085	16.135	—

f. Desempenho da carteira de aplicações financeiras

A Administração mensura o desempenho de seus investimentos utilizando como parâmetro (benchmark) a variação do CDI comparado com a rentabilidade sobre o valor justo de suas aplicações.

6. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2012	2011
Fornecedores - Diversos	9	7
Fornecedores - Controladora	153	153
Dividendos	—	32
Total	162	192

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

	2012	2011
Imposto de renda retido na fonte	1	—
Outros impostos e encargos sociais	4	1
Subtotal	5	1
IRPJ a recolher	—	108
CSLL a recolher	—	79
Subtotal	—	187
Total	5	188

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O Capital Social totalmente subscrito e integralizado é composto por 19.614.845 ações ordinárias (14.852.941 em 2011) todas nominativas e sem valor nominal. Em Assembléa Geral Extraordinária de 13 de abril de 2012, a Administração aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 5.000, representado por emissão de 4.761.904 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **b. Reserva legal:** É constituída ao final do exercício social por valor correspondente a 5% do lucro líquido, não podendo exceder a 20% do capital social. **c. Reserva estatutária (investimento e capital de giro):** É constituída por até 100% do lucro líquido remanescente, após as deduções legais, ao final de cada exercício social, tendo por finalidade assegurar investimentos em ativos permanentes e reforço do capital de giro podendo, também, absolver prejuízos. Essa reserva, em conjunto com a reserva legal, não poderá exceder o valor do capital social. A Assembléa Geral poderá a qualquer tempo, ou quando atingido o limite estabelecido, deliberar sobre sua destinação para aumento do capital social ou distribuição de dividendos. **d. Dividendos:** É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 10% do lucro líquido anual, conforme estabelecido no Estatuto Social, sendo o dividendo proposto de R\$ 32 em 2011 revertido conforme aprovação da AGO de 29 de março de 2012. O saldo da reserva de Investimento e capital de giro era de R\$ 292 em dezembro de 2011 passou a ser de R\$ 323 em dezembro de 2012. **e. Patrimônio líquido ajustado e margem de solvência/capital mínimo requerido:** O gerenciamento de capital procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(1.437)	341
Varição nas contas patrimoniais	(3.602)	(15.290)
Ativos financeiros	(3.171)	(15.578)
Créditos fiscais e previdenciários	(135)	(92)
Outros ativos	(82)	—
Fornecedores e outras contas a pagar	(27)	193
Impostos e contribuições	(187)	187
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades	(5.039)	(14.949)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	5.000	7.800
Reversão de dividendos	32	(32)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	5.032	7.768
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(7)	(7.181)
Caixa e bancos no início do exercício	19	7.200
Caixa e bancos no final do exercício	12	19